A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil

Adalberto Moreira Cardoso

*por Marcos Alexandre dos Santos Ferraz**

O título do último livro de Adalberto Cardoso, para os mais desavisados que não conhecem o restante da obra do autor, pode sugerir que se trata de mais um arrazoado a lamentar a exploração, sem limites, do trabalho pelo capital em um mundo neoliberal ou, quem sabe, ainda, a denunciar os desacertos e traições de um sindicalismo que se burocratizou, distanciando-se dos trabalhadores que, a cada dia, enfrentam a difícil realidade do mercado de trabalho. Se esta ilusão é sugerida pelo título, grande será a surpresa do leitor, ao se deparar com um livro em que há pouquíssima, talvez

nenhuma, lamentação, e que, ao contrário, constrói uma análise sociológica cuidadosa, que busca dar contornos nítidos para a tão proclamada, mas pouco compreendida, crise dos sindicatos brasileiros.

Ainda que os vários capítulos que compõem a obra tenham sido desenvolvidos independentemente (vários deles já são de conhecimento público e apareceram separadamente em diversas revistas nacionais), a integridade do argumento é garantida pela continuidade da hipótese que orienta toda a reflexão do autor: a crise do sindicalismo não pode ser atribuída inteiramente aos movimentos mais gerais da economia; precisa ser analisada considerando as escolhas táticas e estratégicas

* Aluno de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

dos agentes individuais e coletivos que buscam intervir na construção de seus destinos. Deste ponto de partida, Cardoso consegue articular uma transformação qualitativa na maneira de caracterizar a crise dos sindicatos. À análise corrente que vê o sindicalismo exclusivamente na defensiva e submisso a um turbilhão de transformações estruturais da economia, as quais ele só pode se adaptar, o livro contrapõe uma tese que expõe uma incapacidade – se momentânea ou definitiva o autor e seus dados não ousam afirmar – de atuar como um centro de gravidade para a construção de identidades sociais e ação política. Incapacidade, vale repetir, decorrente de transformações estruturais, mas, também, de estratégias sindicais. Para isso, o autor vai esquadrihar cinco campos empíricos diferentes, nos quais ocorreram transformações nesta última década: o padrão das relações de classe; o processo de flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho; a deslegitimação do direito do trabalho; a filiação sindical; e a insegurança socioeconômica.

No capítulo 1, *Retratos da crise na década neoliberal*, Cardoso argumenta que a ação sindical, durante a década de 90, é deslocada do centro da arena política brasileira. Três transformações contribuem para isto. Em primeiro lugar, a própria ação sindical. Diante de um quadro de crise econômica, de redução dos postos de trabalho na indústria e de guerra fiscal entre as várias unidades da federação, o sindicalismo saiu do confronto aberto, que marcou a década anterior, e se viu induzido a vários diálogos com empresários e governo. Seja aderindo ao discurso oficial, como fez continuamente a Força Sindical, seja tentando

demarcar uma oposição, como a CUT, os sindicatos se viram na condição de dividir a responsabilidade pela retomada do crescimento econômico e as câmaras setoriais talvez sejam o marco desta transformação. Mais que o ônus de perdas salariais ou qualquer outra perda de direitos, o resultado de tal ação significou a indiferenciação de interesses entre capital e trabalho, impossibilitando projetos alternativos de gestão do trabalho. Em segundo lugar, encontra-se o fortalecimento da democracia brasileira que restituiu ao presidente, ao parlamento e aos partidos o *status* de agentes políticos por excelência, diminuindo o campo de ação política das centrais sindicais, que tinham ocupado o vácuo político deixado pela ditadura. Por fim, a despolitização da política que o autor traduz como o processo pelo qual, ao menos no nível do discurso, as forças de mercado passam a guiar a política e não mais a política a conduzir o mercado, marca de todo o projeto desenvolvimentista brasileiro.

Mas passemos ao capítulo 2, *Flexibilidade, empregabilidade e a ortodoxia neoliberal*. Muito já se debateu sobre os conceitos de flexibilidade e empregabilidade e, talvez, pouco se tenha acrescentado sobre a ampliação da exploração ou sobre a individualização da culpa pelo desemprego. Mas como estas questões se articulam com a crise do sindicalismo? É esta a questão que o autor persegue no segundo capítulo. A trajetória histórica do conflito de classes acabou por demarcar um projeto civilizatório que se caracterizou pela estabilização e pacificação das relações de produção. É no direito do trabalho que estes laços sociais foram garantidos,

obviamente afiançados pelo Estado. Ou seja, a regulação pública penetra ali, na empresa capitalista, em que as relações parecem ter unicamente um caráter privado. Assim, o discurso da flexibilidade e da empregabilidade significa o desmontar dessa regulação. Nas palavras do próprio autor, “esta hegemonia restringe o campo analítico e o instrumental interpretativo a mínimos pré-civilizatórios, em que a questão social era assunto para os exércitos e a democracia, uma piada nos salões da nobreza” (121).

Deste diagnóstico desdobra-se o capítulo 3, *Direito do trabalho e relações de classe no Brasil*, que se inicia pelo enfrentamento de um espinhoso debate: o modelo de relações de classe no Brasil é corporativo, como aponta a maior parte da literatura nacional, ou é legislado? O autor não tem dúvida em caracterizá-lo como legislado, o que significa dizer que a produção de regras e normas de uso do trabalho ocorre, preferencialmente, no âmbito da legislação federal. A partir deste ponto arma-se o argumento de que uma deslegitimação da norma legal induz a um aumento da judicialização das relações de trabalho. É neste momento que o autor coloca seus argumentos à prova e busca dados empíricos capazes de informar sobre o que ocorre nas relações trabalhistas brasileiras na década neoliberal. Ao buscar o número de processos recebidos pelas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho por ano no Brasil, entre 1941 e 2000, o autor realiza achado importante. Vamos nos deter em apenas três dados levantados por Cardoso. Em primeiro lugar, o número de entrada de processos trabalhistas por ano, entre 1987 e 1997, salta

de menos de 850 mil para quase dois milhões, em um ritmo médio de 112.489 processos a mais, a cada ano. O segundo dado importante é que 98% destes processos são individuais. E o terceiro é que o crescimento das demandas judiciais é inverso, de forma quase perfeitamente especular, à queda no número de participantes nos movimentos grevistas. O que o autor consegue constatar é não só uma tentativa de deslegitimação da norma por parte do patronato, mas, também, uma transformação qualitativa do conflito de classes no país. Este deixa de efetivar-se primordialmente por meio da representação coletiva e passa a ser mediado por advogados e juízes do trabalho, tecnificando-se, individualizando-se e esvaziando-se politicamente.

Era de se esperar que este esvaziamento político desembocasse em um processo de diminuição da densidade sindical. É esta a questão do capítulo 4, *A filiação sindical no Brasil*. Ao cruzar dados sobre o percentual de filiação no Brasil e em outros países, assim como por setores econômicos, no caso brasileiro, este capítulo consegue imprimir novas características à crise dos sindicatos. Em primeiro lugar, comparada a outros países, a crise do sindicalismo brasileiro, que pode ser refletida em taxas de filiação, é branda, pois a queda da densidade sindical brasileira é pouco significativa. Entretanto, atrás deste dado, que poderia mascarar as profundas transformações, escondem-se quedas significativas na filiação dos trabalhadores dos setores industrial (em especial metalúrgicos) e financeiro. Esta queda é compensada pelo crescimento da filiação entre os trabalhadores dos setores de ensino, de

serviços e da administração pública. O autor conclui, a partir destes dados, que há uma crise no sindicalismo brasileiro, mas que ela não é universal. No entanto, esta ganha contornos, à primeira vista, alarmantes, pois o cerne da crise se encontra nos dois setores que impulsionaram o novo sindicalismo (metalúrgico e bancário) e que ainda influenciam, decisivamente, os rumos das duas principais centrais sindicais.

Por fim, no capítulo 5, *Os sindicatos e a insegurança socioeconômica*, Cardoso analisa os dados de um *survey* realizado pela Organização Internacional do Trabalho em fevereiro de 2001, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Ao buscar uma vinculação entre filiação sindical e segurança socioeconômica, o autor consegue apontar duas questões. Em primeiro lugar, encontra-se um sentimento de maior segurança entre o trabalhador sindicalizado, o que, no entanto, pode ser apenas um reflexo de sua melhor posição no mercado de trabalho. Afinal, apenas 2,33% dos filiados encontram-se na informalidade. Percentual que salta para 33,88 entre os não filiados. Entretanto, se uma relação entre filiação e segurança socioeconômica pode ser traçada, o mesmo não se pode dizer entre filiação e segurança de representação política. A credibilidade dos sindicatos é baixa, tanto entre filiados como entre os não filiados, assim como baixa é a percepção dos sindicatos como

atores políticos aptos a enfrentar os problemas da desigualdade social.

Neste ponto, o autor encontra-se em condições de retomar seus argumentos e caracterizar a crise do sindicalismo brasileiro como uma crise de representação política. Para ser o mais claro possível: os sindicatos deixaram o centro da cena política. Tal situação se reflete na indiferenciação de interesses entre capital e trabalho; na desmontagem do processo civilizatório, representado pelo direito do trabalho que hora se desmonta via flexibilização e desregulamentação; na privatização do conflito que migra da órbita política para as salas das juntas da Justiça do Trabalho; no eclipsar da vanguarda do novo sindicalismo (metalúrgicos e bancários); e na disjunção entre filiação sindical e segurança de representação política.

Se, como o próprio autor reconhece, a crise é profunda, ela não significa o fim do movimento sindical brasileiro (há sindicatos que avançam, mesmo neste difícil cenário, como sugerem dados do capítulo 4). Tampouco o livro de Cardoso esgota as questões relativas à crise do sindicalismo brasileiro. O que nos parece, de toda forma, é que entre importantes achados empíricos, argumentos consistentes, hipóteses instigantes (inclusive porque controversas muitas delas), *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* alimenta a reflexão sociológica nacional.